



# Logos Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 03.349.742/0001-15

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das Notas Explicativas.

São Paulo, 30 de março de 2011. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)						
	Nota	2010	2009	Nota	2010	2009
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.864	3.857	14	1.791	3.100
Contas a receber de clientes	7	41.175	32.329		4.647	4.941
Participação em consórcios	8	974	854	15	4.833	3.982
Imposto a recuperar	9	1.227	344	16	12.950	9.942
Outras contas a receber	10	7.862	3.167	11	1.285	451
Partes relacionadas	11	1.665	2.252		2.133	204
Despesas antecipadas		512	295		<b>27.639</b>	<b>22.620</b>
		<b>56.279</b>	<b>43.098</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Realizável a longo prazo				14	253	-
Ativo fiscal diferido	9	-	58	9	626	582
Partes relacionadas	11	20	7	17	104	104
Outras contas a receber	10	479	309		<b>983</b>	<b>686</b>
		<b>499</b>	<b>374</b>			
Imobilizado	12	5.858	2.898	18	20.287	10.287
Intangível	13	636	864		14.363	13.641
		<b>6.993</b>	<b>4.136</b>		<b>34.650</b>	<b>23.928</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>63.272</b>	<b>47.234</b>		<b>63.272</b>	<b>47.234</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)						
Nota	Reservas de lucros			Total	Lucros acumulados	
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros		Total	Total
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009</b>	<b>10.287</b>	<b>1.583</b>	<b>16.255</b>	<b>17.838</b>	-	<b>28.125</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	11.303	11.303
Destinações:						
Reserva legal	-	474	-	474	-	-
Reserva retenção lucros	-	-	10.829	10.829	(8.003)	2.826
Dividendos	-	-	(15.500)	(15.500)	(2.826)	(18.326)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>10.287</b>	<b>2.057</b>	<b>11.584</b>	<b>13.641</b>	-	<b>23.928</b>
Aumento de capital	18	10.000	-	-	-	10.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	8.222	8.222
Destinações:						
Reserva legal	18	-	411	411	(411)	-
Reserva retenção lucros	18	-	-	7.811	7.811	(7.811)
Dividendos	18	-	-	(7.500)	(7.500)	(7.500)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>20.287</b>	<b>2.468</b>	<b>11.895</b>	<b>14.363</b>	-	<b>34.650</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 30 de julho de 1999, e tem por objeto social as seguintes atividades: i) o gerenciamento de projetos e ii) a prestação de serviços de consultoria e de engenharia de implantação, expansão e modernização de empreendimentos de qualquer natureza. O objeto da Companhia compreende atividades relacionadas a (a) assessoria, coordenação, projeto, planejamento, acompanhamento, controle quantitativo, implantação e operação de sistemas de informação; (b) comissionamento de instalações e sistemas; (c) treinamento de mão de obra; e (d) realização de serviços de manutenção e operação. A Companhia poderá prestar serviços que envolvam a totalidade ou apenas algumas atividades, descritas no parágrafo anterior, mediante a utilização de recursos próprios ou mediante a integração, coordenação e/ou subcontratação de atividades e produtos de outras empresas. A Companhia está autorizada, também a conduzir atividades comerciais relacionadas ou necessárias para a consecução do seu objeto social como a deter, adquirir e alienar participações em outras sociedades e a integrar consórcios. **2. BASE DE PREPARAÇÃO - a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011. **b) Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **e) Transição das práticas contábeis** - Com o advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis foram expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, Atê 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (MP nº 449/08), complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC até 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa apresentou suas demonstrações financeiras utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 2010. Esses novos pronunciamentos foram implementados relativamente a 1º de janeiro de 2009, no entanto, não foram apurados ajustes e/ou reclassificações nas demonstrações financeiras, originalmente divulgadas. **f) Demonstração de resultados abrangentes** - As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS** - As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário. No entanto, não foram apurados ajustes e/ou reclassificações nas demonstrações financeiras, originalmente divulgadas. **3.1. Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **3.2. Instrumentos financeiros - 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros recebíveis. **Ativos financeiros registrados** - O valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis ao risco de reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. **3.2.2. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamento e empréstimos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.2.3. Capital Social - Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, exceto por determinação prévia da Assembleia dos Acionistas. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2010 e 2009. **3.3. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. **3.4. Ativos Intangíveis - Reconhecimento e mensuração** - Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de amortização acumulada. **Gastos subsequentes** - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização** - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **3.5. Redução do Valor Recuperável (Impairment)** - 3.5.1. **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são

individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.5.2. Ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2010 e 2009. **3.6. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.7. Receita operacional - 3.7.1. Serviços** - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados. **3.7.2. Contratos de construção** - A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.8. Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários sendo que estas estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **3.9. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quanto aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A Administração da Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre suas contas a receber por julgar que os efeitos são irrelevantes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **3.10. Receitas e despesas financeiras** - Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente a tarifas bancárias e juros sobre empréstimos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **3.11. Imposto de renda e contribuição social** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto corrente e imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete uma contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam no futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.12. Determinação do valor justo** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **Contas a receber de clientes e outros créditos** - O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação. **Passivos financeiros não derivativos** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. **4. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO** - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras em uma moeda diferente da sua moeda funcional. **Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada. **5. GESTÃO DE CAPITAL** - A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para os acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Total do Passivo	28.622	23.306
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.864)	(3.857)
Dívida Líquida (a)	25.758	19.449
Total do Patrimônio Líquido (b)	34.650	23.928
Relação da dívida sobre o capital (a/b)	0,74	0,81
Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano. A Companhia não está sujeita às exigências externas impostas de capital.		
<b>6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Caixa e bancos	2.864	3.857

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)			
	Nota	2010	2009
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	19	<b>187.590</b>	<b>224.676</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>(147.190)</b>	<b>(186.596)</b>
<b>LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>40.400</b>	<b>38.080</b>
Administrativas e gerais		(24.114)	(21.329)
Tributárias		(1.021)	(863)
Provisões diversas		(174)	484
Outras (despesas) receitas operacionais		(244)	20
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>		<b>14.847</b>	<b>16.392</b>
Receitas financeiras	20	285	2.396
Despesas financeiras	20	(2.766)	(1.910)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.481)	486
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>12.366</b>	<b>16.878</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9	(4.042)	(5.122)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9	(102)	(453)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>8.222</b>	<b>11.303</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)		
	2010	2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>8.222</b>	<b>11.303</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		
<b>AJUSTE PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Depreciação e amortização	1.581	1.034
Provisão para contingências	-	(552)
Impostos diferidos	102	453
	<b>9.905</b>	<b>12.238</b>

DEMONSTRAÇÃO DA (REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	2010	2009
Contas a receber	(8.846)	(3.771)
Impostos a recuperar	(883)	149
Partes relacionadas	574	7.009
Demais contas a receber	(5.202)	3.967
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS</b>		
Fornecedores	(294)	(3.533)
Impostos e contribuições a recolher	(3.191)	(5.567)
Salários, férias e encargos sociais	3.008	(111)
Partes relacionadas	834	317
Demais contas a pagar	2.473	(1.686)
Imposto de renda e contribuição social pagos	4.042	5.122
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.420</b>	<b>14.134</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	84	192
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.941)	(1.300)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(4.857)</b>	<b>(1.108)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de capital	10.000	-
Empréstimos e financiamentos	(1.056)	3.000
Dividendos distribuídos	(7.500)	(15.500)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.444</b>	<b>(12.500)</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(993)</b>	<b>526</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA (REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	3.857	3.331
No fim do exercício	<b>2.864</b>	<b>3.857</b>
	<b>(993)</b>	<b>526</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES		
	2010	2009
Medições a faturar	24.809	12.504
Faturas a receber	16.598	19.883
Menos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(232)	(58)
	<b>41.175</b>	<b>32.329</b>
<b>Medições a faturar - Vencidos</b>	<b>2010</b>	



# Logos Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 03.349.742/0001-15

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

### 12. IMOBILIZADO

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Veículos	Aparelhos diversos	Computadores e periféricos	Instalações móveis terceiros	Direitos de Uso	Marcas e patentes	Obras de Arte	Total
<b>Custo</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2009	973	382	73	264	1.119	2.631	615	73	2	64	6.196
Adições	790	3	-	191	181	1.757	1.507	-	-	-	4.429
Alienações	(143)	(288)	-	(176)	(63)	(598)	-	-	-	-	(1.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.620	97	73	279	1.237	3.790	2.122	73	2	64	9.357
<b>Depreciação</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(348)	(91)	(45)	(216)	(367)	(2.005)	(153)	(73)	-	-	(3.298)
Depreciação no período	(139)	(49)	(4)	(38)	(107)	(485)	(44)	-	-	-	(866)
Alienações	41	77	-	96	12	439	-	-	-	-	665
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(446)	(63)	(49)	(158)	(462)	(2.051)	(197)	(73)	-	-	(3.499)
<b>Valor residual</b>											
Em 31 de dezembro de 2009	625	291	28	48	752	626	462	-	2	64	2.898
Em 31 de dezembro de 2010	1.174	34	24	121	775	1.739	1.925	-	2	64	5.858
Taxa de depreciação	10%	10%	10%	20%	10%	20%	10%	-	-	-	-

### 13. INTANGÍVEL

Descrição	Software
<b>Custo</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.228
Adições	512
Alienações	(209)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.531
Depreciação	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(1.364)
Depreciação no período	(715)
Alienações	184
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(1.895)
Taxa de amortização	20%
Valor Residual	
Em 31 de dezembro de 2009	864
Em 31 de dezembro de 2010	636

### 14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	2010	2009
Empréstimo conta garantida	1.645	86
Empréstimo capital de giro	-	3.014
Arrendamento mercantil financeiro	399	-
	2.044	3.100
Classificados no passivo circulante	1.791	3.100
Classificados no passivo não circulante	253	-

O empréstimo de conta garantida efetuado com Banco Bradesco é remunerado pela taxa de juros de 100% do CDI acrescido de 0,52% ao mês e o seu vencimento será em 06 de abril de 2011.

### 15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2010	2009
Imposto de renda retido fonte	1.714	1.292
ISS	2.157	1.409
COFINS	662	917
PIS	148	200
Outros	152	164
	4.833	3.982
<b>16. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Salários e ordenados a pagar	2.889	2.021
Encargos sociais a recolher	2.294	1.623
Provisão de férias e encargos sobre férias	7.767	6.298
	12.950	9.942

**17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS** - A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2010	2009	01/01/09
Provisões tributárias			
Municipal	104	104	656

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante aproximado de R\$ 1.644 em 2010 (R\$ 1.644 em 2009) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Encontra-se em curso na CAMARB - Câmara de Arbitragem Empresarial - Brasil em Belo Horizonte - MG, um procedimento de arbitragem requerido, de um lado por um fornecedor e em sede de reconvenção também requerido de outro lado, pela Logos Engenharia S.A., em que se discute, no âmbito do contrato firmado entre as partes, as responsabilidades sobre a rescisão do referido contrato e eventuais prejuízos incorridos pelas partes. Os valores nesta arbitragem ainda serão apurados em perícia. A Administração da Companhia, em conjunto com seu assessor jurídico, entende não haver necessidade de registrar nenhum passivo e nem ativo decorrente desta arbitragem. **18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - **a) Capital social** - O capital social autorizado, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2010 é de 1.962.371 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2010 o capital social, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 20.287. Em 27 de dezembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, houve aumento de capital no montante de R\$ 10.000 representado pela emissão de 625.000 ações ordinárias e nominativas, totalmente integralizado em espécie. **b) Reservas de lucros** - **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros** - O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final dessa será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76. **c) Remuneração aos acionistas** - Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2010 foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 7.500 integralmente pagos no dia 31 de maio de 2011. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no entanto conforme AGE realizada no dia 27 de dezembro de 2010, os acionistas deliberaram o não pagamento dos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de 2010, mantendo-se o a totalidade em conta de Reservas de Lucros, objetivando reforçar o capital de giro da Sociedade. **19. RECEITA OPERACIONAL** - Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta operacional para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2010	2009
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>212.956</b>	<b>250.201</b>
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(25.366)	(25.525)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>187.590</b>	<b>224.676</b>
<b>20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(2.372)	(1.242)
Variações cambiais passivas	(154)	(46)
Outros	(240)	(622)
	(2.766)	(1.910)
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros	200	2.340
Variações cambiais ativas	58	5
Outros	27	51
	285	2.396
	(2.481)	486

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Empresa. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Instrumentos financeiros por categoria** - Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme o quadro a seguir:

	31/12/10	31/12/09
<b>Ativos</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.864	3.857
Contas a receber de clientes	41.175	32.329
Outras contas a receber	7.862	3.167
<b>Passivos</b>		
Financiamento e empréstimos	2.044	3.100
Fornecedores	4.647	4.941

**Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, Financiamento e empréstimos e fornecedores** - São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço patrimonial. A Companhia não possui operações relevantes cujos efeitos nas oscilações de taxas possam ocasionar perdas significativas, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as análises de sensibilidade de oscilações das taxas. As operações usuais da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de taxas de câmbio** - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição e venda de serviços. A Companhia não possui volume significativo de importações e exportações de serviços registrados em suas contas a receber e a pagar exposta a oscilação cambial. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)** - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui o valor de R\$ 2.044 (a Companhia não possuía valores em 2009 e nem em 1º de janeiro de 2009). **Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. **Risco de crédito** - Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como análise permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **Risco de taxas de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com relação a esse risco cabe salientar que a empresa não possui captações no mercado financeiro. **22. COBERTURA DE SEGUROS** - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas e seguro de responsabilidade civil e de empregador no montante total de R\$ 6.500. **23. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS** - A Companhia prestou garantias à sua controladora e empresas relacionadas, cujos montantes em 31 de dezembro de 2010 eram de R\$ 67.335 (R\$ 94.558 em 2009 e R\$ 65.621 em 1º de janeiro de 2009), conforme segue:

	2010	2009
Arcadis Logos Ltda. (CTA garantida)	2.686	9.241
Arcadis Logos Energia S.A. (Cap. giro/CTA garantida)	12.541	14.000
Enerconsult (Seguro garantia)	370	370
Retiro Baixo Energética S.A. (Fiança bancária)	51.738	70.947
	67.335	94.558

### COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

	Diretor-Presidente
Celso de Oliveira Azevedo Filho	Diretor-Presidente
Fernando da Costa Cattapan	Diretor Técnico
Jair Carlos Roxo	Diretor Técnico
Jaime Elias Pesce	Diretor Técnico
Gilson Carlos Paiva	Diretor Técnico

Carlos Roberto Bertola - Contador CRC1SP085590/O-0

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Logos Engenharia S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Logos Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logos Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 18 de março de 2011



KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP023228/O-4

Marcelle Mayume Komukai  
Contadora CRC 1SP249703/O-5